

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	____/____/____
cod.	04000054

**SERINGUEIROS E COOPERATIVISMO:**

**Primeiras reflexões à luz da experiência da Reserva  
Extrativista do Alto Juruá**

Mariana Pantoja Franco\*

"Trabalhamos muito e somos pouco enxergados." (João Bolda, seringueiro, alto São João do Breu)

"Vamos dar valor ao seringueiro,  
Vamos dar valor a esta nação,  
É com o trabalho deste povo  
Que se faz pneu de carro  
E pneu de avião (...)"  
(Hino do Seringueiro)

Na trajetória de formulação da proposta de criação de reservas extrativistas, o Primeiro Encontro de Seringueiros da Amazônia, em 1985, é um marco. A preparação deste evento envolveu a mobilização de lideranças de seringueiros de diversos estados da Amazônia. A partir das discussões então realizadas, começou a se explicitar, diria, uma especificidade seringueira, ou extrativista, exigindo para tal a formulação de uma política de acesso à terra diferenciada (Allegretti, 1987; Paula, 1991 e Esterici et alii, 1992). A criação de reservas extrativistas - a "reforma agrária do seringueiros" - é a proposta então lançada e encampada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), criado nesta mesma ocasião<sup>1</sup>.

Não prevendo lotes individuais, o que reivindicava-se com as reservas extrativistas era a desapropriação de seringais e a concessão de usufruto aos seringueiros, permanecendo a propriedade da terra nas mãos da União. Para os seringueiros reunidos em Brasília, com as reservas extrativistas garantiria-se não só o direito daquelas populações permanecerem sobre a terra que tradicionalmente

\* Socióloga, integra a equipe do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.  
<sup>1</sup> Sobre a criação do CNS e a formulação da proposta de reservas extrativistas, consultar Allegretti (1987), Almeida (1989), CNS et alii (1989), Grzybowski (1989) e Paula (1991).

ocupavam, como também sua implantação respeitaria a cultura e modo de vida dos seringueiros. Numa valoração positiva de sua atividade, os seringueiros exigiam ser reconhecidos "como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta" (CNS et alii, 1989: 22).

Inicialmente a atuação do CNS, no Estado do Acre, esteve mais concentrada no Vale do Acre e do Purus, onde era marcante a presença de diretorias sindicais atuantes nas mobilizações dos seringueiros, o trabalho de organismos da Igreja Católica e a assessoria de Organizações Não-Governamentais (ONGs) (Paula, 1991). Os "empates" - forma de resistência coletiva aos desmatamentos promovidos por empreendimentos agropecuários e desenvolvida mais intensamente a partir dos anos 80 - marcaram fortemente as ações dos seringueiros naquelas regiões, desempenhando importante papel na sua projeção em termos nacionais e internacionais. Ampliando a sua atuação para áreas onde ainda imperavam as estruturas e relações que tradicionalmente caracterizaram a empresa seringalista, em 1986 o CNS realiza sua primeira reunião em Cruzeiro do Sul, em 1987 convoca uma segunda reunião e em, janeiro de 1988, instala no Vale do Juruá um escritório regional.

A partir de então tem início uma atividade conjunta entre o CNS-Regional Vale do Juruá e delegados sindicais atuantes na região, em particular na bacia do Tejo, objetivando a mobilização da população e a difusão da proposta de transformação da área numa reserva extrativista. Em 1988, diversas reuniões com os seringueiros são realizadas na bacia do rio Tejo e Bagé (Macedo, 1988). No mês de julho de 1988, Antonio Luiz Batista de Macedo, enquanto coordenador do CNS-VJ, elabora uma proposta para a criação de uma reserva extrativista nesta área, posteriormente ampliada para todo o Alto Juruá.

No mesmo ano, o CNS-VJ promove, na cidade de Cruzeiro do Sul, o 1º Encontro de Seringueiros do Vale do Juruá, que contou com a participação, entre seringueiros e suas famílias, de 700 pessoas, vindas de 85 seringais da região (Almeida, 1992: 85). Este encontro, inédito na história da

sociedade local, conferiu aos trabalhadores do Vale do Juruá nova visibilidade e produziu efeitos tais como a interrupção, em muitas áreas, do pagamento de renda e a criação de associações (O'Dwyer, 1989).

Por outro lado, o assassinato de Chico Mendes e os protestos e pressões desencadeados sobre o governo brasileiro, por parte de organizações nacionais e internacionais, conformaram uma conjuntura favorável à aprovação de projetos e à iniciativas do Poder Público, que terminaram por contribuir para o processo de criação de uma reserva extrativista no Alto Juruá.

Criada oficialmente em 23 de janeiro de 1990, pelo Decreto 98.863, a Reserva Extrativista do Alto Juruá abrange uma área de cerca de 500.000 ha de rios e florestas no extremo oeste do Estado do Acre, município de Vila Thaumaturgo (recém-desmembrado de Cruzeiro do Sul). Ela é a primeira reserva extrativista criada e regularizada sob jurisdição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). Sua população hoje é de 5.983 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, ocupando 856 moradias, com uma densidade demográfica de aproximadamente 1,2 habitantes por km<sup>2</sup>. Do total da população, 65% tem como atividade principal a extração de borracha e 35% a exploração agrícola em pequena escala e de forma semi-intensiva<sup>2</sup>.

O objetivo deste texto é propor uma primeira reflexão sobre a implantação de cooperativas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, por iniciativa do CNS-VJ e da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ).

Os dados que informam a discussão foram recolhidos em outubro de 1991, durante o Cadastramento dos Moradores, do qual participaram três membros do CEDI. Coordenei a equipe de campo que cadastrou a área do igarapé/seringal São João

---

<sup>2</sup> Fonte: Cadastro de Moradores da Reserva/Resumo de dados preliminares. Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá. 1992, mimeo. Se a atividade principal no Alto Juruá esteve, com excessão de alguns períodos de queda dos preços da borracha, baseada no extrativismo (que coexistia com uma agricultura voltada para a subsistência), hoje constata-se a existência de um segmento exclusivamente voltado para a produção agrícola, preferencialmente alocado nas margens do rio Juruá.

do Breu, afluente do rio Juruá. Em dezembro e em maio de 1992 retornei à região por ocasião da IV Assembléia da ASAREAJ e do I Encontro dos Povos da Floresta do Vale do Juruá, respectivamente. O diálogo com várias pessoas, envolvidas com o trabalho do CNS-VJ e da ASAREAJ, proporcionou-me a oportunidade de discutir mais profundamente sobre a realidade do Alto Juruá e sobre o projeto da Reserva Extrativista<sup>3</sup>.

Ouvi de dirigentes do CNS e da ASAREAJ que a implantação de cooperativas estaria dentro de um "espírito cooperativista", significando que a adesão se deveria dar a partir de um compromisso consciente dos associados com o benefício das "comunidades"<sup>4</sup>. Mas que é que, de fato, os seringueiros e agricultores pensam e dizem sobre a cooperativa? A partir de que critérios pautam sua adesão a ela? Penso que os dados recolhidos junto à população do São João do Breu fornecem indicadores para refletir sobre estas questões<sup>5</sup>.

Antes, porém, uma breve descrição da ocupação do Vale do Juruá e das relações sociais presentes nos seringais da região, faz-se necessária.

### 1. "PATRÕES" E SERINGUEIROS NO ALTO JURUÁ

A maior parte dos seringais hoje existentes no Vale do Juruá datam da última década do século passado, quando levas significativas de trabalhadores vindos do Nordeste brasileiro deslocaram-se para a região. A esta época, marcada pelo aumento da demanda por borracha para fins de

---

3 Neste sentido, gostaria aqui de mencionar pessoas que foram importantes para a minha iniciação na realidade regional, e que contribuíram para as reflexões aqui desenvolvidas: Mauro W. Barbosa de Almeida, Antonio Luiz Batista de Macedo, Francisco Barbosa de Mello (Chico Ginú), Francisco Xavier Nunes Ramos (Dolór), Raimundo Cardoso, Rosemeire Castro, Luís Farias, Siã Kaxinawá, Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias.

4 Segundo Almeida (1992: 302) e Schawrz (1992: 15), a organização social presente entre os seringueiros do Alto Juruá não pode ser descrita nos termos da existência de "comunidades". Trata-se antes, de acordo com Almeida (1992: 169-197), de "macro-house networks" constituídas a partir de relações de parentesco (afins e consanguíneas). Neste texto evito, portanto, o uso o termo "comunidade". Quando o faço, tenho em vista o critério de afiliação social apontado por Almeida.

5 A população do São João do Breu dedica-se, em sua grande maioria, à combinação entre a atividade extrativista e a agricultura. Adotarei aqui, para a ela me referir, o termo "seringueiros", supondo embutido nele a atividade agrícola.

exportação, a mão-de-obra indígena deixara de se constituir alternativa viável, dada a própria resistência desses povos, bem como a dizimação de que foram alvo. A população regional, além de insuficiente, dedicava-se à agricultura, caça, pesca e coleta de uma forma relativamente autônoma, mais direcionada à sua subsistência. A necessidade de mão-de-obra disponível e direcionada para a atividade extrativa tornou-se uma questão premente.

Importar trabalhadores foi a solução encontrada para a expansão dos seringais. Esta expansão se deu por meio da penetração e exploração de novas terras localizadas nos cursos dos rios, a reivindicação de sua posse e a transação especulativa de títulos informais. Os migrantes, oriundos da região Nordeste, eram então transportados para os recém-constituídos seringais (Almeida, 1992: 10-12). O Vale do Juruá, portanto, ocupado de 1890 a 1900 por uma população de seringueiros<sup>6</sup>, tornou-se desde então uma das principais áreas de seringais nativos da Amazônia.

### 1.1. Coerção, autonomia e obrigações mútuas

Historicamente, o sistema que então se estabeleceu e passou a reger as relações de trabalho nos seringais do Alto Juruá fundamentou-se na subordinação dos seringueiros à "patrões"<sup>7</sup>. Por este sistema, os seringueiros eram obrigados a pagar uma renda anual pelas "estradas de seringa" (caminhos abertos na floresta ao longo dos quais estão dispostas as seringueiras) que exploravam, além de a entregar toda a sua produção aos "barracões", verdadeiros entrepostos comerciais dos "patrões" dentro dos seringais. Neles armazenava-se a borracha trazida pelos seringueiros, que operava como uma espécie de moeda na aquisição de artigos de consumo doméstico não encontráveis na floresta (como querosene, sal, açúcar, óleo, munição etc) e à venda nos "barracões". Na troca que então tinha lugar - borracha

6 Na verdade, não se tratava naquele momento de mão-de-obra com experiência anterior na produção de borracha (eram agricultores em fuga da seca que assolava o Nordeste brasileiro), e sim futuros seringueiros ("prospective tappers", segundo Almeida, 1992: 11).

7 Denominação pela qual são conhecidos os proprietários ou arrendatários dos seringais, idealmente detentores do controle total sobre o acesso à terra, a produção e o comércio.

por "mercadorias" - a relação de subordinação reafirmava-se através de uma contabilidade muito particular, cujo resultado final frequentemente resultava no endividamento crescente do seringueiro com o "barracão" e, portanto, a reafirmação de sua subordinação ao "patrão" (O'Dwyer, 1989)<sup>8</sup>.

Neste sistema, o gerenciamento da venda de "mercadorias" concedia aos responsáveis por essa atividade - os "gerentes", em geral seringueiros contratados pelos "patrões" - uma posição de prestígio nos seringais. Eram eles que controlavam os saldos e débitos - ou seja, a "dívida" - do conjunto dos trabalhadores de um seringal com o "barracão". As "mercadorias", portanto, constituíam, por um lado, bens fundamentais para a vida e o trabalho na floresta, mas, por outro, estar de posse do controle de sua circulação investia o "gerente" de uma autoridade que o aproximava da figura do "patrão", sendo o primeiro como que um símbolo da dominação exercida pelo segundo sobre os seringueiros. Como assinala O'Dwyer (1989: 13), o termo "patrão" é, no Alto Juruá, utilizado para designar também os proprietários dos "barracões" e/ou seus prepostos ("gerentes"), e não exclusivamente os proprietários dos seringais.

A "renda", neste sistema, operava como um mecanismo de apropriação privada, por parte dos "patrões", da terra e dos recursos naturais disponíveis. O monopólio comercial pretendido por eles por meio do aviamento dos seringueiros nos "barracões", assim como pela vigilância e punição daqueles que rompessem com essa exclusividade, visava garantir que toda a borracha produzida num seringal fosse para o respectivo "barracão" canalizada. A perpetuação da "dívida" garantiria ao "patrão" o controle sobre a produção e a mobilidade dos seringueiros.

O trabalho de Almeida (1992: 131-168), no entanto, introduz elementos que complexificam e relativizam a idéia

---

<sup>8</sup> A bibliografia citada refere-se à produção mais recente sobre as relações de trabalho vigentes nos seringais do Alto Juruá. Embora elas tenham se manifestado em outras regiões do Acre e mesmo da Amazônia, Almeida (1992: 07) alerta que não é possível exportar para elas a descrição do sistema de seringais tal como se apresentou no Alto Juruá.

da existência de um monopólio e dominação absolutos dos "patrões" sobre os seringueiros. O autor mostra, por exemplo, que muitos seringueiros logravam obter saldos em sua conta mantida junto ao "barracão". Por outro lado, a existência de pequenos comerciantes itinerantes ("regatões") vendendo "mercadorias" nos seringais, introduzia "um elemento de concorrência" pela "freguesia", relativizando o monopólio comercial pretendido pelos "patrões". Estes comerciantes supriam as famílias de seringueiros com muitos dos bens existentes nos "barracões", mediante pagamento (quase) imediato em borracha. Os "regatões" se constituíam, portanto, numa alternativa real para os seringueiros quando o artigo necessitado não era encontrado no "barracão", ou quando o seu crédito era pelo "patrão" bloqueado (Almeida, 1992: 124).

Neste sentido, algumas considerações também devem ser feitas sobre a "colocação", unidade espacial e sócio-econômica operante nos seringais. Um seringal é formado por um conjunto de "colocações", e em cada um delas vive geralmente mais de um grupo doméstico, explorando cada um, em média, duas "estradas de seringa". Almeida (1990 e 1992: 169-197) demonstra que a "colocação" pode atuar coletivamente em várias atividades - como a caça e a pesca, por exemplo -, além de compartilhar a casa-de-farinha e áreas de roçado. Ainda segundo o mesmo autor, relações de parentesco, casamento e compadrio reforçam laços de sociabilidade entre elas. Eventos como mutirões e festas também reúnem membros de "colocações" de um mesmo seringal.

As "colocações", portanto, tem uma vida social própria. Sua dinâmica não era dada necessariamente, como poder-se-ia supor, pelo "barracão". Apesar da obrigatoriedade deste último se constituir no único receptor da borracha produzida nas "colocações", e da tentativa de controlar a produtividade de cada uma, muitas das decisões a respeito das atividades produtivas, inclusive a extração do látex, eram tomadas no âmbito dos grupos domésticos que as compunham, de acordo com critérios e necessidades próprias. Ou seja, a vida social e econômica existente nos seringais

do Alto Juruá não se resumia à relação seringueiro-"patrão" (Almeida, 1990).

Num aparente paradoxo, este sistema também comportava relações comumente classificadas como "paternalistas" e/ou "clientelísticas"<sup>9</sup>. Essas relações podem ser melhor conceituadas se pensadas em termos da vigência de obrigações mútuas entre seringueiros e "patrões" (Almeida, 1992: 131-133). Assim, a relação de aviamento garantia aos "patrões" o acesso à borracha produzida na floresta e, em contrapartida, aos seringueiros o contínuo suprimento de bens necessários à sua reprodução social<sup>10</sup>. Neste sentido, torna-se mesmo possível dizer que as relações de débito constituíam uma demanda dos próprios seringueiros (Weinstein, 1983: 23-25 apud Almeida, 1992: 132), o que, por outro lado, não quer dizer que elas não encerrassem tensões e contestações por parte destes últimos. Estas vieram à tona sempre que os seringueiros julgaram que o "contrato tácito" (Almeida, 1992: 132) havia sido rompido, em especial na cobrança de débitos extorsivos e indevidos.

É a partir, portanto, da idéia de um contrato implícito de obrigações mútuas entre seringueiros e "patrões", que o sistema de seringais vigente até há poucos anos no Alto Juruá pode ser melhor compreendido. Somente considerando que este sistema envolveu, em períodos diferentes, relações com componentes de maior ou menor reciprocidade é possível entender muitas das formulações dos seringueiros sobre sua história, bem como sobre o período atual. Não se trata, em absoluto, de negar o aspecto coercitivo e abusivo da forma de dominação imperante nos seringais, mesmo porque a própria

---

9 O uso destes termos para descrever uma outra dimensão das relações presentes nos seringais do Alto Juruá coloca alguns problemas. Como já alertou Thompson (1979: 14-20), "paternalismo" é um termo por demais impreciso, capaz de sobrepôr-se às especificidades históricas da situação que pretende descrever, além de fornecer uma descrição que impede o descortinamento do dinamismo presente nas relações sociais. Por outro lado, Palmeira (1992), ao analisar o significado do voto em áreas rurais, procura resgatar a positividade da noção de "clientelismo" ao recusá-la enquanto espécie de herança residual a permear a vida política nacional. De acordo com o autor, relações descritas como "clientelísticas" encerram, na verdade, um componente de reciprocidade, que varia de acordo com o tempo histórico e a sociedade em questão.

10 "In this case, the preservation of debts served to guarantee the continuity of mutual obligations, and in particular, to establish a continued flow commodity advances" (Almeida, 1992: 132).



população reconhece-o e há trabalhos comprovando tal assertiva<sup>11</sup>. Trata-se, antes, de fornecer uma descrição que incorpore outras dimensões, que forneça outros elementos para pensar sobre como, aos olhos dos seringueiros, a dominação exercida pelo "patrão" construía sua legitimidade<sup>12</sup>.

Vejamos. O "patrão" era aquele a quem os seringueiros usualmente recorriam em momentos mais ou menos críticos. Neste sentido, se, por um lado, a "dívida" mantinha o seringueiro "cativo" (O'Dwyer, 1989: 15), por outro, como aponta Almeida (s/d), "a situação de débito crônico é vista ainda hoje por muitos seringueiros como normal, mesmo quando o débito poderia ser facilmente saldado: ela significava, em certo sentido, a existência de uma relação patrão-cliente, a qual idealmente poderia ser mobilizada em casos de doença ou necessidade urgente do seringueiro". Essas práticas, somadas ao abastecimento dos "barracões" com "mercadorias", assim como à "roçagem" (limpeza) das "estradas de seringa", à manutenção de animais de carga e "varadouros" (trilhas) em bom estado para o transporte da borracha etc, sintetizadas pelos seringueiros sob o termo "assistência", operavam como mecanismos de legitimação, ou espécie de contra-partida para o pagamento de débitos e de renda.

---

11 As relações de trabalho vigentes no Alto Juruá foram alvo de investigação pela Procuradoria Geral da República do Brasil, em 1989, sob denúncias que as caracterizavam como forma de trabalho escravo. Consultar O'Dwyer (1989).

12 "Dominação" está sendo usada aqui de acordo com a definição de Weber (1984: 170), segundo a qual o termo refere-se à "possibilidad de encontrar obediencia dentro de un grupo determinado para mandatos específicos (...) En el caso concreto esta dominación ('autoridad'), en el sentido indicado, puede descansar en los más diversos motivos de sumisión (...) Un determinado mínimo de voluntad de obediencia, o sea de interés (...) en obedecer, es esencial en toda relación auténtica de autoridad" (grifos do autor). A dominação, ainda segundo Weber (idem), se fundamenta e se reproduz a partir da crença que logra difundir em sua legitimidade.

## 1.2. As vicissitudes da economia da borracha e seus efeitos sobre os seringais

É possível afirmar que as relações entre "patrões" e seringueiros no Alto Juruá encerravam um forte componente coercitivo, sobre o qual se assentava a empresa seringalista<sup>13</sup>. No entanto, tais relações extraíam sua legitimidade não só do uso da força, mas também da contra-prestação, por parte dos "patrões", de uma série de obrigações para com os seringueiros<sup>14</sup>. A existência de "regatões" e da "colocação" como forma de organização sócio-econômica, por outro lado, contribuíam para a conquista de uma autonomia relativa por parte dos seringueiros em relação ao "patrão".

Reconstituindo a história do sistema de seringais no Alto Juruá, Almeida (1992: 9-68) aponta as diversas mudanças pelas quais o mesmo passou, e de como elas se refletiram nas relações entre "patrões" e seringueiros. Sinteticamente, pode-se afirmar que nos períodos de boom da borracha (1870-1912 e 1943-1950), o controle dos "patrões" sobre os seringueiros foi maior, ao passo que no de crise (1912-1943) ele foi menor, com uma presença reduzida dos "patrões" nos seringais. É provável que neste momento os seringueiros tenham percebido uma diminuição da "assistência", mas, por outro lado, a subordinação ao "patrão" foi menor, possibilitando à população dos seringais a liberdade de cultivar roçados e comercializar mais livremente com "regatões".

A partir de 1943, tem início uma série de medidas governamentais no sentido de incrementar a economia extrativista da borracha, transformando-a em monopólio estatal (Almeida, 1992: 45-67). O financiamento para a

---

13 Almeida (1992: 129) conclui que mesmo sendo possível falar da existência de um sistema "repressivo de trabalho" nos seringais, a repressão em questão não significava a existência de um sistema que controlasse o processo de trabalho. Segundo o autor, as estratégias básicas dos "patrões" consistiam no controle individual sobre os seringueiros e sobre a circulação de artigos de consumo.

14 Não se depreenda daqui que todos os seringueiros obtinham do "patrão" o mesmo tratamento. Se havia obrigações do "patrão" que diziam respeito a todo o seringal (como a "roçagem" de "estradas de seringa", a manutenção de comboios e o abastecimento do "barracão" com "mercadorias", por exemplo), o acesso dos seringueiros a benefícios mais individuais (como adiantamentos em dinheiro e assistência médica) podia obedecer à avaliação sobre a sua produtividade.

importação de novas levas de trabalhadores ("soldados da borracha"), a instituição de subsídios governamentais (como os financiamentos obtidos por meio do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal - PROBOR e junto ao Banco do Brasil) e o estabelecimento de um sistema de quotas pelo qual as indústrias que necessitassem importar borracha, só podiam fazê-lo após terem adquirido a produzida na Amazônia, a um preço maior do que o do mercado (a diferença coletada pela Superintendência da Borracha para investimento nos seringais nativos), permitiram a perpetuação do sistema de seringais até os anos recentes (Almeida, 1992: 45-67). Em 1976, através de lei então criada, muitos dos títulos terra, até então irregulares, foram legalizados. Os "patrões", portanto, lograram reproduzir-se respaldados por uma série de benesses obtidas junto ao Estado e pela diversificação de seus investimentos, muitos desses feitos com recursos que deveriam ter sido usados para a modernização das técnicas de extração e produção da borracha (Almeida, 1992: 45-67).

A década de 70 inaugurou uma fase de transações fundiárias, de emergência de novos "patrões" e de diversificação de suas atividades econômicas. Investimentos foram nesta época feitos em fazendas de gado, serrarias e comércio urbano (Almeida, 1992: 61).

### **1.3. A intensificação dos conflitos nos seringais**

O sistema permanecia intacto, mas os patamares de obrigações mútuas entre "patrões" e seringueiros nem tanto. Os seringueiros começam a perceber esta nova fase através de uma série de indicadores da diminuição da "assistência", paralela à continuidade da cobrança da renda e da imposição do monopólio comercial através do "barracão", para o qual os "patrões" faziam uso, agora mais intenso, de forças policiais. Aos olhos dos seringueiros, o descumprimento dos "regulamentos dos seringais" denunciava os limites daquela forma de dominação, pois que a contra-prestação passa como que a inexistir enquanto mecanismo legitimador (O'Dwyer, 1989: 209). Os conflitos entre seringueiros e "patrões" tornam-se mais frequentes.

Na verdade, em diversos momentos os seringueiros, através de ações mais ou menos visíveis, resistiram contra a exploração de que eram vítimas. De acordo com Almeida (1991), no Alto Juruá constata-se a ocorrência e registro de conflitos nos seringais desde o início do século, com "greves" ocorrendo já em 1904 contra os valores abusivos da "dívida" contraída pelos seringueiros nos "barracões" e cobrada pelos "patrões".

Estes conflitos, latentes e deflagrados, a partir dos anos 70, com a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Cruzeiro do Sul, começam a encontrar um canal institucional próprio. A criação do STR foi acompanhada da eclosão de delegacias sindicais em todo Vale do Juruá. Estas delegacias constituíram-se num novo apoio aos seringueiros frente ao poderio dos novos "patrões". Não só as divergências em torno da "dívida" nos "barracões" eram alvo de questionamento, mas o próprio pagamento da renda é posto em pauta, trazendo para a cena a luta dos seringueiros pelo acesso à terra<sup>15</sup>.

É possível perceber a partir de então uma contra-ofensiva por parte dos "patrões", cooptando a maioria dos delegados sindicais e mesmo os sucessivos presidentes do STR local (Almeida, 1991). Como consequência desta reação patronal, na década de 80, no Vale do Juruá, encontram-se atuando um número significativamente reduzido de delegados sindicais. Foram algumas dessas lideranças que estiveram, em 1985, representando a região no Primeiro Encontro de Seringueiros da Amazônia.

---

15 Assim, de acordo com Almeida (1991), a greve de 1981-82, ocorrida no rio Tejo, teve como mote a reivindicação de abatimento em 30 a 40% das dívidas contraídas, o perdão de dívidas como forma de indenizar espancamentos arbitrários de seringueiros e o não pagamento da renda. Como liderança esteve à frente Chico Roberto, delegado sindical. Em 1986, outro delegado sindical, Chico Ginú, liderou uma greve contra cobranças feitas por forças policiais. Corroborando a afirmativa de que a organização sindical constituiu-se, naquele momento, no principal desaguadouro das lutas e reivindicações, introduzindo a noção dos "direitos" e a possibilidade de rupturas naquela forma de dominação, estão as frequentes declarações de seringueiros. Consultar Macedo (1988), O'Dwyer (1989), Esterici (1991) e Almeida (1992).

## 2. COOPERATIVAS E "GERENTES" NO ALTO JURUÁ

Em gestões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em fins de 1988 o CNS logrou conquistar recursos para o "Projeto de Desenvolvimento Comunitário - Reserva Extrativista do Rio Tejo"<sup>16</sup>. Um dos objetivos, naquele momento, era a implantação de doze núcleos cooperativos ao longo de rios e igarapés. Através da implantação e viabilização destes primeiros núcleos, visava-se a eliminação progressiva do monopólio comercial dos "patrões" no Alto Juruá, atingindo assim um dos fundamentos da dominação por eles exercida sobre os seringueiros<sup>17</sup>.

Em janeiro de 1989 foi criada a Associação de Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo, numa reunião realizada em Vila Thaumaturgo. Naquela ocasião também ocorreu o Primeiro Treinamento de Gerentes Comunitários, que a partir de então implantariam os primeiros núcleos cooperativos, visando atender 400 famílias. Os regulamentos estabelecendo direitos e deveres para os associados, bem como regras para o procedimento dos "gerentes", foram então votados e aprovados (cf. Almeida, 1992: 86-87). Cabe observar que neste momento os recursos do BNDES foram destinados à implantação de cooperativas na bacia do Tejo, sendo o alto rio Juruá e seus afluentes beneficiados com núcleos apenas nos anos seguintes<sup>18</sup>.

De acordo com diversos depoimentos, a escolha de "gerentes" foi quase sempre feita a partir da "confiança" neles depositada por suas "comunidades". Outro critério (não coincidente) elencado é o fato do seringueiro, ou

---

16 Inicialmente, a proposta do CNS-VJ para a criação de uma reserva extrativista abrangia a bacia do rio Tejo. Posteriormente, com os levantamentos técnicos e antropológicos feitos, a área foi ampliada para todo o Alto Juruá.

17 Como já apontou Aquino (1991), referindo-se à experiência de formação de cooperativas entre os índios Kaxinavá do rio Jordão, no final dos anos 70, quebrar a estrutura de "barracão" foi fundamental para a ruptura da dominação exercida sobre aquele povo (também seringueiro) por "patrões", abrindo caminho para a conquista de sua Área Indígena. Neste sentido, a organização de cooperativas no Alto Juruá, dez anos depois, em muito inspirada pela experiência indígena, permite pensar que a proposta de criação de uma reserva extrativista na região assume também feição de uma conquista de território. "Da mesma forma como os índios têm áreas asseguradas por lei para seu uso exclusivo, os seringueiros entendem que também poderiam dispor de áreas semelhantes reservadas ao exercício de suas atividades" (Allegretti, 1987: 43; grifo da autora).

18 Em 1990, a Associação de Agricultores e Seringueiros da Bacia do Rio Tejo transformou-se na atual ASAREAJ, ampliando, por conseguinte, o seu raio de ação.

agricultor, ser relativamente "esclarecido", entendendo-se por isto aquele que tinha algum conhecimento de escrita e/ou já havia lidado com comércio (ex-"marreteiro" ou ex-"patrão aviado")<sup>19</sup>. Ser "de confiança" e/ou "esclarecido" significava, que, em geral, a pessoa escolhida tinha já algum tipo de ascendência sobre a "comunidade" que passaria a servir como "gerente".

Trato agora do surgimento de um núcleo cooperativo no igarapé/seringal São João do Breu, baseando-me no material de minha pesquisa.

### 2.1. A cooperativa sob a ótica dos seringueiros

Como já assinalado, a posse e gerenciamento de "mercadorias" nos seringais confere prestígio e uma autoridade que, no tempo do "patrão", significava um poder real sobre o destino de cada seringueiro aviado. Agora, no tempo da cooperativa, a "dívida" e o pagamento de renda pelas "estradas de seringa" inexistem, tendo desaparecido, portanto, os mecanismos coercitivos de subordinação. A cooperativa não é proprietária da terra e não impõe um monopólio comercial. Pretende construir sua legitimidade noutros moldes.

Em 1991, o seringal São João do Breu foi contemplado com a instalação de um núcleo cooperativo na foz do igarapé com o mesmo nome. Pelo apurado, a este núcleo recorriam fundamentalmente famílias de "colocações" mais próximas ou aquelas que moravam às margens do Juruá. Numa "colocação" igarapé acima, um seringueiros foi aviado pela ASAREAJ com a intenção de constituir embrião de um futuro núcleo. A este seringueiro não foi dado o status de "gerente", e o volume de "mercadorias" por ele adquirido foi insuficiente para abastecer mesmo o conjunto das "colocações" vizinhas. As "mercadorias" esgotaram-se rapidamente, tendo sido vendidas fiado. Em outubro de 1991, o seringueiro aviado queixava-se da falta de condições objetivas (como um barco) para recolher o pagamento, em "produto" e em borracha, de sua "freguesia", saldar seus "compromissos" junto a ASAREAJ e

---

<sup>19</sup> Sobre o quadro crônico de analfabetismo no interior da Reserva Extrativista, consultar Di Pierro (1991).

trazer nova leva de "mercadorias". Nas cabeceiras do igarapé não foi instalado núcleo. Por outro lado, na foz do São João do Breu era possível encontrar o ex-"patrão" daquele seringal, instalado numa fazenda às margens do Juruá e com seu armazém abastecido com "mercadorias". A maior parte do material e das entrevistas que subsidiam as considerações a seguir foram recolhidas no médio e alto São João do Breu<sup>20</sup>.

Durante todo o período em que estive no seringal, os comentários mais constantes que ouvi foram a respeito da falta de "assistência" para ali viver e trabalhar. Era possível observar entre os seringueiros a percepção de que estariam vivendo um tempo particularmente difícil. Em suas falas sobressaía-se a ênfase sobre as dificuldades que naquele momento estariam vivenciando no acesso à "mercadorias". Segundo explicações locais, a introdução da cooperativa no seringal teria desagradado sobremaneira o "patrão", que, temendo as alterações que daí poderiam advir e como forma de punir aqueles que a ela haviam recorrido, passou a recusar-se a vender "mercadorias" à grande parte dos seringueiros. O mesmo procedimento teria sido adotado pelo "marreteiro" estabelecido no médio São João do Breu (aviado do mesmo "patrão"). Em seguida, como a cooperativa não logrou um abastecimento contínuo do seringal, este viu-se drasticamente desabastecido. A chegada da cooperativa era então identificada pela população com o início de um período bastante difícil - de "crise" - para os moradores do seringal, quase que impossibilitando sua reprodução através do extrativismo da borracha.

*"Antes da cooperativa não faltava mercadoria. Quando ela veio, os patrões, com medo da reserva extrativista, pararam de vender mercadorias. Os patrões pararam de vender fiado para o seringal". (Léo, seringueiro, colocação Fortaleza, alto São João do Breu)*

Como Léo, muitos afirmaram que, depois da cooperativa, o alto São João do Breu, onde estão concentradas as "estradas de seringa", sofreu um processo de esvaziamento.

---

<sup>20</sup> Uma primeira sistematização e interpretação dessas informações estão registradas em Franco (1991).

*"A borracha do seringal está se acabando, tudo é falta de mercadorias". (Léo)*

Chamou-me a atenção o fato de muitos proporem, como solução para a carência de "mercadorias", a existência de um "patrão" ou "gerente" no seringal. Na tentativa de compreender o significado dessas afirmações, e de não incorrer num julgamento apressado, pude constatar que a população reconhece diferenças e rupturas entre o tempo do "patrão" e o da cooperativa, como ilustram os depoimentos abaixo.

*"Porque eu creio que é (a cooperativa) uma grande melhoria para o pobre, que nós temos um direito agora (...) Primeiro, deixamos de pagar renda; outra, o patrão não pode mais abusar com nós. Nós trabalhamos, com garra, com força e com fé de melhorar mais um pouco, porque ainda não está bom aqui". (José Cordeiro, seringueiro, aviado pela ASAREAJ)*

*"Na cooperativa a gente está sabendo o preço das mercadorias, ela dá aquela nota pra gente, dá tudo direitinho, e o patrão não". (Raimundo Leandro, seringueiro, 16 anos, colocação Três Sacos, alto São João do Breu)*

O menor preço das "mercadorias", a prática de uma contabilidade mais transparente e o não estar mais sujeito à autoridade do "patrão" são algumas das modificações introduzidas pela cooperativa, e saudadas como bem-vindas. O que os depoimentos permitem ver, por outro lado, é a percepção de que a não consolidação da cooperativa enquanto um sistema eficaz e contínuo de abastecimento do seringal, ameaça a reprodução dos que vivem e trabalham na floresta. De maneira extremamente lúcida, os seringueiros avaliam a imprescindibilidade de uma "ajuda" (ou "assistência") externa para viabilizar a continuidade das atividades que desenvolvem.

*"No tempo que eu me aviei, que eu peguei essa mercadoriazinha, eu não trouxe um caroco de munição, eu não trouxe uma pílula, uma injeção, que tudo isso tem que ter aqui dentro. Não trouxe um pingão de querosene, porque não tinha. Então como é que o seringueiro corta, que muitos deles sai de noite? Como é que ele mata um macaco pra*



comer? Porque aqui é da boca da arma, aqui não tem mercado, aqui só tem que comer da mata, ou então do rio. Ai nada disso tinha, como é que o pobre pode viver?" (José Cordeiro)

"Nós precisamos não é só do pão de cada dia. Nós precisamos de terçado para brocar, para plantar, machado, enxada. Tudo isso nós precisamos, para ajudar nossa alimentação. Porque só da mata mesmo, nós não podemos passar a nossa vida". (João Bolda, seringueiro, colocação Duas Bocas, médio São João do Breu)

A época de minha passagem pelo seringal, era possível perceber que críticas e resistências existentes com relação à cooperativa pautavam-se na não constituição da experiência em alternativa real para os seringueiros. Não creio, por conseguinte, possível afirmar que a introdução da cooperativa fosse interpretada como substituição de um "patrão" por um outro. Os seringueiros enxergavam naquela uma ruptura e a possibilidade do estabelecimento de novos patamares de obrigações mútuas.

"Eu achava que se houvesse um meio melhor da gente trabalhar, para a gente saber o quanto consumia durante o ano, eu achava melhor do que com o patrão. O patrão cresce muito, ele começa pobre e em dois, três anos está rico. E essa riqueza, eu acredito, só pode sair do nosso suor, pela nossa ajuda. Eu acredito que a vida dele é nós que estamos fazendo". (João Bolda)

"Se a cooperativa chegasse até aqui, ia ser melhor para a agente, o nosso trabalho ia ser mais bem atendido e a gente trabalhava mais, vendia no preço melhor e tinha uma embarcação certa para fazer o transporte. O patrão só espera lá, ele não vem até aqui, ele não conhece isso aqui." (Raimundo Leandro)

A ruptura com o antigo modelo de patronagem também parece ter propiciado novos parâmetros de comparação para avaliar o passado. Se antes o "patrão" dava uma "assistência" ao seringueiro, este, por sua vez, "fazia a vida" daquele. Agora os seringueiros tencionam uma troca, diria, mais justa pelo seu trabalho e pela riqueza que geram. Alimentam a esperança de que "melhorias" se façam

sentir, e depositam na cooperativa uma expectativa talvez maior do que as respostas possíveis de serem dadas por esta ainda recente iniciativa. Na verdade, as reivindicações dos seringueiros dizem respeito não só à redefinição dos padrões de relação vigentes nos seringais, mas também ao reconhecimento, por parte da sociedade maior, do valor e do trabalho desta "nação".

## 2.2. O fiado e o "gerente": critérios de adesão à cooperativa

Finalmente, algumas considerações sobre o sistema de aviamento, onde as compras são feitas por meio do adiantamento/endividamento. No tempo do "patrão", a "dívida" constituía este sistema numa forma de dominação sobre os seringueiros. Nos tempos atuais, a questão se deslocou para um debate em torno do fiado. Para os dirigentes e "gerentes" da ASAREAJ, de uma maneira geral, o fiado é um problema, pois o não pagamento por parte dos seringueiros dos seus débitos, ameaçaria a possibilidade, a seu ver, de tornar a cooperativa viável economicamente e continuamente reabastecida de "mercadorias". Em 1989, quando foram formuladas algumas regras para nortear a ação dos "gerentes", o fornecimento de "mercadorias" na forma adiantamento foi previsto, assim como a obrigação de cada seringueiro "saldar seus compromissos com a cooperativa"<sup>21</sup>. No entanto, segundo o que pude apurar, devido ao volume significativo de débitos não saldados, recomendou-se aos "gerentes" que não mais vendessem fiado, e sim somente à vista. Esta foi a recomendação feita ao seringueiro aviado pela ASAREAJ no São João do Breu.

Esta determinação, contudo, não pôde ser por ele cumprida. Os dados que possuo autorizam-me a, por ora, elencar duas espécies de razões para tal. Uma primeira refere-se à forma como se estrutura o extrativismo da borracha, com longos períodos de permanência nas "colocações". Para viabilizar esta internação na floresta, há que se abastecer de provisões para tal. O pagamento, diria, está ainda para ser produzido no momento da compra de

---

21 Consultar documento "Manual do Gerente Comunitário". Vila Thaumaturgo, 1989.

"mercadorias", em particular da "estiva" (justamente os artigos básicos de consumo, como sal, querosene, munição, açúcar, por exemplo). Compras durante o ciclo de produção são geralmente em pequenas quantidades, eventuais e/ou de emergência. Contudo, além das razões práticas, há também aquelas que dizem respeito ao significado social que pode estar encerrado numa relação de aviamento.

*"Era pra mim vender à vista, só quando o freguês trouxesse o produto, mas eu tive pena da situação do povo. Como é que eles podiam começar a trabalhar sem ter assistência? Aí eu, para pegar o produto, tinha que vender para eles poderem trabalhar. Tudo comprou fiado." (José Cordeiro)*

O depoimento acima dá conta da posição de um seringueiro não-"gerente", mas portador e provedor de "mercadorias" por um curto período de tempo. Ele afirmava constantemente que, "tirando um ou outro", todos os seringueiros iriam saldar os débitos com ele contraídos. Não me foi possível mapear a sua "freguesia", ou seja, identificar quais os possíveis laços e lealdade anteriores que justificassem essa certeza. Pude conferir, contudo, que, de fato, José Cordeiro, era uma pessoa muito "popular" no médio São João do Breu, onde se concentrava a grande maioria dos seringueiros que dele haviam comprado. Com isso quero dizer que ele era uma espécie de liderança comunitária; uma pessoa com trânsito ali naquela "comunidade"; uma pessoa com relações de parentesco e compadrio ali estabelecidas. Ele reunia algumas das qualidades que, socialmente, o tornavam uma pessoa "de confiança". Assim, como poderia ele ir de encontro justamente ao critério que lhe conferia sua legitimidade de quase-"gerente", ser "de confiança"? José Cordeiro socialmente não poderia não corresponder ao que sua "comunidade" dele esperava. Ao fiar a "mercadoria", ele "assistia" a "comunidade" e contra-prestava a "confiança" nele depositada.

No entanto, as coisas não andaram como previsto. As "mercadorias" não foram suficientes para o abastecimento do seringal, e mesmo da "comunidade" a que pertencia José

Cordeiro. A não constituição da cooperativa como alternativa real e a percepção de que ela poderia não vir a ser o parceiro de um novo "contrato tácito" de obrigações mútuas, colocou José Cordeiro numa posição incômoda. Este viu muitos de seus "fregueses" procurarem auxílio junto a quem naquele momento detinha capacidade de abastecer o seringal.

*"No começo todo mundo me apoiava aqui dentro, quando eu estava batalhando todo mundo era por mim. Aí a mercadoria se acabou, aí muitos tão mudando aí para o lado do patrão, onde tem mercadoria." (José Cordeiro)*

O que é interpretado como uma traição, pode, a luz do que já foi dito, ser antes visto como uma estratégia dos seringueiros, mesmo que a contra-gosto, de resgatar a "assistência" de quem, tradicionalmente, tinha mostrado capacidade de torná-la duradoura no tempo. Se por um lado, no momento, não arrisco-me a ir contra a certeza de José Cordeiro de que sua "freguesia" saldaria seus débitos, por outro, creio que a não visualização, por esses mesmos seringueiros, da cooperativa como capaz de suprir continuamente com "mercadorias" o seringal, estabelecendo assim as bases para uma nova reciprocidade, possa dificultar o pagamento daqueles débitos.

Mas, para refletir sobre os critérios de adesão à cooperativa, há que se pensar também sobre as lealdades possíveis de serem operadas na relação seringueiro-"gerente" (da cooperativa). As "mercadorias" são, como tem sido visto, quase que um fetiche, e enquanto tais podem investir o "gerente" de prestígio, autoridade e mesmo qualidades condenáveis. Há indicações de que este fenômeno teve lugar no São João do Breu.

Em que pese as homenagens prestadas à iniciativa da cooperativa, encontrei um seringueiro que insistia em apontar um aspecto que avaliava como negativo.

*"A cooperativa é uma coisa linda, o que não é lindo é o gerente (...). O que derrotou a cooperativa foi só isso, o gerente." (Sr. Bidunga, 50 anos de trabalho, colocação Barraca Velha, baixo São João do Breu)*

Este seringueiro pautava suas críticas nos desmandos que estariam sendo cometidos pelo "gerente" quando de posse das "mercadorias", tais como a majoração dos preços das "mercadorias" e a cobrança de juros sobre o fiado. De acordo com Sr. Bidunga, o "gerente" estaria administrando a venda de "mercadorias" como se elas a ele (e a sua família) pertencessem. Afirmava-me enfaticamente que não se aviava junto ao núcleo cooperativo da boca do São João do Breu, e nem tampouco tencionava fazê-lo, preferindo recorrer ao armazém central da ASAREAJ na boca do rio Tejo, onde, segundo ele, era "uma coisa mais certa". Para solucionar a questão do gerenciamento de "mercadorias" nos núcleos cooperativos, sugeria uma alteração no status dos responsáveis por eles.

*"- Por que não bota um empregado? Empregado só para estar ali para despachar aquelas pessoas, sem ser gerente, só para despachar (...). Aquele empregado, ele não tem nada com aquela mercadoria, ele é só um empregado.  
- Mas o gerente não é dono da mercadoria.  
- Sim, mas quando ele pega a mercadoria ele fica todo bonito!"*

Sr. Bidunga parecia enxergar a força do simbolismo encerrado nas "mercadorias" contaminando, de forma negativa, aquele que as administrava. Mas de que ponto de vista falava este seringueiro?

Para os seringueiros, no tempo do "patrão", a situação de "empregado", em oposição a de trabalho como seringueiro, implicava numa perda de autonomia e maior subordinação, sendo por isso geralmente vista como desvantajosa (O'Dwyer, 1989: 53). Com a cooperativa, a partir dos dados recolhidos no São João do Breu, um novo par de oposição, "gerente"/"empregado", pode estar se conformando no interior do seringal. A declaração do Sr. Bidunga pode ser interpretada como a reivindicação, de alguns, por uma medida que justamente vedasse o acesso, de outros, a uma posição que os diferenciaria, e às suas "comunidades", dos demais.

Recuperando a idéia de Almeida (1992: 169-197) sobre a organização social reinante entre os seringueiros, na qual as famílias extensas constituem-se na principal forma de

integração social (idem: 171), creio factível afirmar que a implantação de cooperativas e a indicação de "gerentes" introduziram um novo critério de diferenciação social no São João do Breu, alterando correlações de força locais. Embora carecendo de dados mais precisos, é possível supor, por exemplo, que o "gerente" do São João do Breu e o Sr. Bidunga pertencessem a diferentes redes conformadas pelo parentesco, e que a posse de "mercadorias" por uma delas alterou os termos nos quais as oposições entre as duas vinham se dando. A adesão ao núcleo cooperativo significaria, do ponto de vista do Sr. Bidunga, legitimar uma posição alheia, em detrimento da sua "comunidade"<sup>22</sup>.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Limitar-me-ei aqui a resgatar algumas reflexões desenvolvidas no decorrer deste texto. Ainda é cedo para considerações que se pretendam de alguma forma conclusivas.

Este texto abordou o processo, ainda em curso, de implantação de núcleos cooperativos na Reserva Extrativista do Alto Juruá. A partir do material recolhido junto à população do igarapé/seringal São João do Breu, procurei explicitar que representações os seringueiros constroem sobre a cooperativa e de posse de que critérios pautam sua adesão a ela.

A introdução de núcleos cooperativos não é interpretada, pelos seringueiros, como uma substituição de "patrões". A população reconhece descontinuidades. A dominação exercida pelo "patrões" legitimava-se a partir da contra-prestação de "assistência" aos seringueiros, embora, como foi visto, a partir dos anos 70 as bases dessa legitimidade foram, pelos próprios, desmobilizadas. A cooperativa tem ao seu favor o reconhecimento, pelos seringueiros, de que sua chegada significou o fim dos "abusos" do "patrão", e de que os termos a partir dos quais propõem-se a pautar suas relações

---

<sup>22</sup> Em seu estudo, Schwarz (1992) identifica a operação de relações e lealdades dadas pelo parentesco concorrendo para resistências e críticas à iniciativa da cooperativa em diversas outras áreas da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

com a população são avaliadas como mais justas e promissoras.

Procurei indicar, no entanto, por quê, no São João do Breu, dificuldades se fizeram sentir. Em primeiro lugar, a cooperativa não logrou constituir-se como alternativa real e viável para os que vivem e trabalham na floresta. O não abastecimento contínuo dos núcleos com "mercadorias", somado ao boicote promovido pelo "patrão", frustraram a expectativa de que novas obrigações mútuas pudessem vir a se estabelecer.

Em segundo lugar, segundo muitos seringueiros, as próprias características e dinâmica da atividade extrativista tornam impossível pretender estabelecer um "negócio" num seringal que só efetue vendas à vista. Por outro lado, creio que a escolha de "gerentes" pelo critério da "confiança" é incompatível com a determinação de não vender fiado. A rede de relações sociais locais na qual o "gerente" acha-se envolvido o impendem de não "assitir" sua "comunidade".

Finalmente, a posse de "mercadorias" no seringal é um critério de diferenciação social. Numa realidade onde a conformação de grupos obedece fundamentalmente à afiliação social via parentesco e compadrio, a escolha de "gerentes" pode reestruturar posições e oposições locais, o que, por sua vez, influenciará a adesão ou não à cooperativa.

A partir das reflexões aqui desenvolvidas, arrisco-me, por ora, a afirmar que entre a proposta de reforma agrária formulada e encampada pelo CNS e as realidades sobre as quais ela se atualiza, há mediações a serem feitas. É negociando com as diferentes realidades sobre as quais incidirá, que a proposta de reservas extrativistas ganhará concretude e construirá sua legitimidade.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

ALLEGRETTI, Mary Helena

1987. "Reserva Extrativista" in: *Reservas Extrativistas - Uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica*. Curitiba, IEA, mimeo.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de

s/d. *Seringais e Trabalho na Amazônia: o caso do Alto Juruá* (versão preliminar). mimeo.

1989. *Sete Teses Sobre o Conselho Nacional dos Seringueiros*. Rio Branco, mimeo.

1990. "As Colocações como Forma Social, Sistema Tecnológico e Unidade de Recursos Naturais" in: *Terra Indígena* (54).

1991. Palestra proferida no CEDI/RJ.

1992. *Rubber Tappers of the Upper Juruá River, Brazil. The making of a forest peasant economy*. Dissertation to be submitted to the Ph. D. at the University of Cambridge. mimeo.

AQUINO, Terri Valle de

1991. *Projeto Kaxinawá: Uma estratégia de luta pela terra*. Trabalho apresentado no XV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, mimeo.

CNS; STR DE XAPURI & CUT

1989. *Chico Mendes*. São Paulo, CEDI/CNS/CUT.

DI PIERRO, Maria Clara

1991. *Relatório de Viagem a Reserva Extrativista do Alto Juruá/Acre - Observações sobre educação*. São Paulo, CEDI, mimeo.

ESTERCI, Neide

1991. "Sindicalismo e Luta por Terra" in: *Sindicalismo no Campo - balanços e controvérsias. Cadernos do CEDI* (21). Rio de Janeiro, CEDI.

ESTERCI, Neide; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; FRANCO, Mariana Pantoja & LEITE, Sérgio

1992. *Assentamentos Rurais: Um convite ao debate*. Rio de Janeiro, mimeo.



FRANCO, Mariana Pantoja

1991. *Relatório de Viagem a Reserva Extrativista do Alto Juruá, por Ocasão do Cadastramento e Levantamento Sócio-Econômico de sua População*. Rio de Janeiro, CEDI, mimeo.

GRZYBOWSKI, Cândido (org.)

1989. *O Testamento do Homem da Floresta*. Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro, FASE.

MACEDO, Luiz Antonio Batista de

1988. *Levantamento da Situação Atual dos Seringueiros do Rio Tejo*. mimeo.

O'DWYER, Eliane Cantarino

1989. *Parecer Antropológico sobre Formas de Trabalho Escravo nos Seringais do Alto Juruá - Estado do Acre*. Rio de Janeiro, mimeo.

PALMEIRA, Moacir

1992. "Política Local e Voto" in: *Tempo e Presença* (264). Rio de Janeiro, CEDI.

PAULA, Elder Andrade

1991. *Seringueiros e Sindicatos: Um povo da floresta em busca da liberdade*. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ. Rio de Janeiro, mimeo.

SCHAWRZ, Tanya

1992. "No One Can Know the Heart of Another". *Rubber tappers and their co-operative in the Upper Juruá, Acre, Brazil*. Undergraduate dissertation. Cambridge University, mimeo.

THOMPSON, E. P.

1979. "La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?" in: THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Editorial Crítica.

WEBER, Max

1984. "Los Tipos de Dominación" in: *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.

WEINSTEIN, B.

1983. *The Amazon Rubber Boom*. Stanford, Stanford University Press.